

FMI disporia de US\$ 8 bilhões

Roberto Garcia

Correspondente

Washington — Se o governo Sarney recorrer à carteira de financiamento ampliado do FMI a fim de preencher o déficit de seu balanço de pagamentos, poderá conseguir em três anos até 440% de sua cota de 1 bilhão 855 milhões de dólares em empréstimos naquela instituição, num total de 8 bilhões 165 milhões de dólares. Além disso, poderá conseguir até 100% de sua cota na carteira de financiamento compensatório, para resolver os problemas temporários decorrentes da quebra das receitas de exportação.

Fontes do Fundo Monetário Internacional lembram que sempre que um país pede a assistência da instituição, o primeiro item a ser discutido tem que necessariamente ser as medidas políticas necessárias para estabilizar a economia e ajustá-la às condições internas e internacionais predominantes. “O montante a ser emprestado é sempre o último item da agenda. Ele é decidido levando em conta as necessidades do balanço de pagamento e a qualidade das medidas que o governo está disposto a tomar para resolver seus problemas”, lembrou um funcionário do Fundo.

Se essas políticas de ajustamento forem consideradas apropriadas e o governo conseguir montar rapidamente um programa aceitável, poderá contar também com aproximadamente 2 bilhões de dólares adicionais do Banco Mundial.

Finalmente, se as negociações atualmente em andamento a respeito da reconstituição dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento forem concluídas com sucesso nos próximos meses, o Brasil poderia receber mais 1 bilhão de dólares anualmente desse organismo multilateral de crédito, até o fim da década.

Essas cifras estão sendo acenadas tanto por autoridades governamentais americanas e européias quanto pelos bancos privados em diálogos tensos com Brasília nos últimos dias, a fim de induzir decisões mais rápidas por parte do governo Sarney. Elas servem para dar uma idéia do tipo de apoio que o Brasil poderá conseguir se adotar políticas responsáveis a fim de corrigir os desequilíbrios causados tanto pelos atrasos quanto pela insuficiência das correções no plano Cruzado.

“O Brasil é membro fundador de todas essas instituições e tem representantes em suas diretorias. Elas foram inventadas para ajudar países em dificuldades. Elas não só fornecem recursos mas prestam assessoramento. Mas elas só atuam quando o país-membro resolve recorrer a elas”, disse um funcionário de uma delas.

Se atuasse habilmente no FMI, o governo Sarney poderia testar o novo perfil psicológico e humano do novo gerente Michel Camdessus, que foi eleito recentemente para o cargo com o voto decisivo do Brasil, disse um alto funcionário de uma organização internacional baseada em Washington. Quando a disputa entre dois candidatos europeus pelo cargo máximo do Fundo Monetário chegou a um impasse, no fim do ano passado, o diretor brasileiro no FMI, Alexandre Kafka, presidiu as reuniões e usou o peso de sua influência de decano naquela instituição para entregar a vitória a Camdessus. “Vocês podem apresentar essa promissória e contar com a ajuda dele”, afirmou um de seus assessores. Vários informantes categorizados lembraram também que em sua encarnação anterior, como presidente do Banco da França, Camdessus desempenhou um papel muito positivo na primeira rodada de negociações do Brasil com o Clube para reescalonar sua dívida, logo depois da crise de 1982.

Funcionários de organismos internacionais também afirmam que “o conceito de ajustamento com crescimento econômico está firmemente estabelecido na nova estratégia para encaminhar os problemas da dívida dos países do Terceiro Mundo”. Eles citam como exemplo o pacote negociado em setembro do ano passado para resgatar o México, que incluiu dois itens novos que poderiam ser reivindicados pelo Brasil. O primeiro desses itens especifica que se as receitas de exportação daquele país latino-americano caírem em virtude de nova baixa nos preços do petróleo, seus credores externos — tanto privados quanto governamentais — contribuirão com novos recursos. O segundo item importante do pacote mexicano determina nova injeção de recursos externos caso a taxa de crescimento do país caia abaixo de um determinado nível. Os dois itens demonstrariam que é possível negociar um acordo com o FMI sem provocar uma penosa recessão.